

## Trajectoria de Agricultores Familiares: suas potencialidades e perspectivas de ações coletivas com contribuições da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM

Alice do Carmo Jahn<sup>1</sup> [jahnalice@gmail.com](mailto:jahnalice@gmail.com) – UFSM- BRASIL

Antonio Joraci Flores<sup>2</sup> [a1flores@terra.com.br](mailto:a1flores@terra.com.br) – UFSM - BRASIL

Elaine Marisa Andriolli<sup>3</sup> [elainemarisa@hotmail.com](mailto:elainemarisa@hotmail.com) – UFRGS - BRASIL

Marta Cocco da Costa<sup>4</sup> [marta.c.c@ufsm.br](mailto:marta.c.c@ufsm.br) – UFSM - BRASIL

Ethel Bastos da Silva<sup>5</sup> [ethelbastos@hotmail.com](mailto:ethelbastos@hotmail.com) – UFSM - BRASIL

Maria da Graça Porciúncula Soler<sup>6</sup> [gracaser@hotmail.com](mailto:gracaser@hotmail.com) – UFSM – BRASIL

Gabriela Manfio Pohia Lisboa Neris<sup>7</sup> [gabimanfio@gmail.com](mailto:gabimanfio@gmail.com) – UFSM - BRASIL

Jéssica Mazzonetto<sup>8</sup> [jee.mazzonetto@gmail.com](mailto:jee.mazzonetto@gmail.com) – UFSM - BRASIL

### Resumo

O presente estudo teve como objetivo primordial conhecer a trajetória de agricultores familiares do município de Redentora, região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, e analisar como estes se constroem no território rural, através de suas atividades produtivas e potencialidades. Os atores sociais do estudo pertencem a quatro comunidades rurais do referido município, somando em torno de 200 famílias. A coleta dos dados aconteceu no período de janeiro de 2016 a março de 2017. Como metodologia adotou-se a pesquisa-ação. A adoção de metodologias participativas possibilita chegar mais próximo dos atores sociais, de suas trajetórias e demandas, na perspectiva de intervenções coletivas com a contrapartida das institucionais, mediante a troca de saberes e ações concretas. Conclui-se que para contribuir para as principais demandas dos atores sociais é importante e necessário realizar mais atividades de sensibilização coletivas, com discussões sobre as políticas públicas e valorização dos atores, visando sua articulação e fortalecimento nos espaços dialógicos com gestores e entidades. Outros elementos observados revelaram que a presença da Universidade no contexto social dos agricultores é considerada uma forma de valorizá-los como pessoas inseridas no Território Rural, com capacidade de produzir e gerar excedentes para a comercialização.

**Palavras-chave:** agricultores familiares; Território; Potencialidades; Contribuições.

## Abstract

The present study had the main objective of learning the trajectory of family farmers from Redentora, a municipality in the Northeast region of Rio Grande do Sul state and of analyzing how they configure themselves in the rural territory through their productive activities and their potential for development. The social players of this study belong to four rural communities of the mentioned municipality comprising around 200 families. The data collection was carried out in the period from January 2016 to March 2017. The adopted methodology was the research-action one. The adoption of participative methodology allows getting closer to the social players, to their trajectories and demands in the perspective of collective interventions with institutional counterpart by exchanging knowledge and concrete actions. The conclusion drawn highlights the importance of contributing to the social players' main demands and to the need of performing additional activities of collective awareness with discussions on public policies and the players' valorization by aiming at their articulation and strengthening in dialogue spaces with managers and entities. Other observed elements have revealed the University presence within the social context of the farmers what is considered a way of appreciating them as subjects inserted in the Rural Territory being able to produce and to generate surpluses for marketing.

**Key words:** Family farmers; Territory; Potential; Contributions.

## Introdução

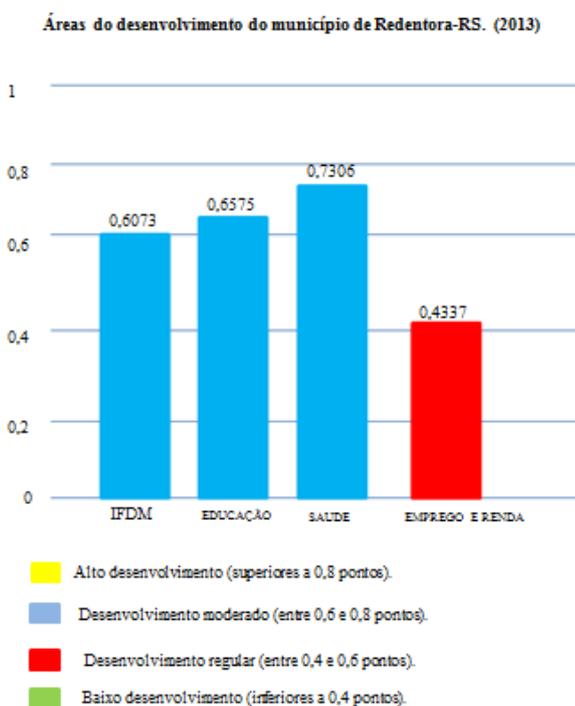
A interface cultural entre a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM/RS, neste caso, através de seu Campus de Palmeira das Missões, e os atores sociais das comunidades rurais busca fomentar e ampliar o debate sobre as potencialidades existentes no território, para que estes venham a intervir no seu contexto de vida, considerando a diversidade socioeconômica. A inserção acadêmica nas comunidades rurais busca a aproximação intercultural e troca de saberes, a fim de fomentar e problematizar o espaço de vida dos indivíduos, ressignificando suas práticas. Entende-se que as discussões e atividades pensadas no coletivo podem contribuir para o surgimento de iniciativas sustentáveis e estilo de vida saudáveis, partindo-se das potencialidades que existem nas comunidades.

A Universidade Federal de Santa Maria UFSM-RS, no ano de 2006 aderiu à proposta do Ministério da Educação pela expansão e interiorização do Ensino Público Federal de qualidade, criando o Campus de Palmeira das Missões-RS, e uma de suas finalidades era contribuir para diminuir as assimetrias regionais e impulsionar o desenvolvimento no território Norte e Noroeste do estado do Rio Grande do Sul-RS. A presença da UFSM há mais de uma década no território mencionado vem explorando e envidando esforços nas potencialidades regionais, no sentido de colaborar com as demandas e necessidades das diferentes comunidades de modo a impactar as condições de vida dos atores sociais.

Destaca-se que a região de abrangência do Campus de Palmeira das Missões é caracterizada pela concentração de atividades no contexto rural, predominantemente distribuída entre agricultores familiares. Em função da estrutura fundiária — com propriedades de pequeno porte e número significativo de habitantes no meio rural em relação a outras regiões do Estado e do país — esse espaço geográfico vem recebendo a atenção das políticas públicas dos governos estadual e federal, visando ao melhor aproveitamento dessas características em relação à produção agrícola e ao capital social de seus habitantes.

Refletindo-se sobre essa perspectiva e observando as singularidades regionais de contexto da UFSM-RS, docentes e discentes do Campus de Palmeira das Missões/RS vêm mantendo vínculo com atores sociais do município de Redentora – RS, explorando e envidando esforços nas potencialidades existentes, mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão em territórios caracterizados pela agricultura familiar.

Considerando-se essas informações estruturou-se um projeto de pesquisa-ação com agricultores familiares de quatro comunidades rurais de Redentora – RS. O município apresenta elementos importantes que vêm merecendo atenção e investimentos nas mais variadas frentes, em especial em políticas públicas e sociais, por se tratar de um município com um dos menores índices de Desenvolvimento Humano (IDH), que é de 0.631 (Firjan 2013). Essas informações são visualizadas na figura abaixo:



Fonte: Firjan, 2013.

O município de Redentora - RS possui uma população de 10.222 habitantes, e deste total, 3.002 pessoas vivem em área urbana, e 7.220, na zona rural. Nesse território destaca-se a presença e a maior concentração indígena, do RS, com, aproximadamente, 6.500 índios, predominando o grupo étnico Kaingang (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2010). No que se refere à economia, prevalece à agricultura, subdividida em agricultura de subsistência, com o cultivo de soja, trigo e milho; e a criação de animais, destacando-se a pecuária de pequeno porte, agroindústria familiar, suinocultura e a criação de aves para corte.

As informações referentes à economia do município são caracterizadas pela agricultura, representada por pequenos agricultores nas comunidades rurais. A agricultura familiar assume importância por agregar diferentes culturas e também pelas singularidades locais dos diversos segmentos, em especial quando se observa a tendência e a perspectiva dos atores sociais em permanecerem no meio rural, a manutenção de vínculos sociais que estabelecem e a continuidade de seus projetos de vida, apesar das adversidades que enfrentam. Várias fontes de informação destacam que a agricultura familiar vem merecendo destaque e maior valorização pela produção de alimentos. Cerca de 70% dos alimentos consumidos no país vêm da agricultura familiar (PORTAL FEDERATIVO, 2014).

## **Referencial Teórico**

### **A agricultura familiar no território**

Na década de 1970 o país presenciou um fenômeno sem precedente na história de vida do homem do campo, com o movimento da expressiva saída de famílias do seu contexto de vida, levando-as a outros direcionamentos e arranjos. Os reflexos desse movimento são observados ao se conviver com as famílias nas comunidades rurais, as quais, na contemporaneidade, buscam caminhos e estratégias alternativos para o atendimento de suas necessidades e permanência no território, considerando-se que muitos agricultores vivenciaram ou são remanescentes do movimento de saída do campo para centros urbanos e que buscam resgatar suas origens e culturas. Para os agricultores, o território e espaços que habitam e convivem expressa movimento. Para Santos (1999, p.2), o território é o chão da identidade, a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. É o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas e do exercício da vida.

A magnitude que envolve o contexto de vida das famílias, na atualidade, requer uma atuação coletiva de esforços no debate ampliado que agregue saberes e responsabilidades entre gestores e entidades, com a garantia da participação dos atores sociais. Refletindo-se sobre as informações apresentadas e na perspectiva de buscar alternativas para a resolubilidade das demandas dos agricultores familiares, defende-se a importância de agregar potenciais humanos. Prioriza-se a voz dos agricultores familiares, via democracia dialógica, para a valorização dos saberes e trocas interculturais (Giddens, 1994).

A proposição e troca de saberes culturais entre a universidade, gestores e entidades, visando ao planejamento de ações, poderá surtir maior impacto no contexto de vidas das famílias. À medida que os saberes se solidificam, teias vão sendo tecidas, fortalecendo as ações pensadas no coletivo, e poderá impactar os indicadores que envolvem o território, e contribuir com iniciativas de promoção e prevenção das questões inerentes ao estilo de vida dos atores sociais.

Assim, questiona-se: Como a Universidade poderá articular e fomentar saberes e práticas com agricultores familiares ao conhecer suas potencialidades para a construção coletiva de encaminhamentos? Na tentativa de encontrar caminhos à problematização apresentada, o presente estudo tem como objetivo primordial conhecer a trajetória de agricultores familiares do município de Redentora-RS, região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, e analisar como estes se constroem no território rural, suas atividades produtivas, potencialidades e as contribuições da UFSM-RS-Campus de Palmeira das Missões/RS.

### **O caminho adotado no encontro dos atores sociais**

Na proposição de maior aproximação da Universidade com o contexto regional de sua área de atuação, mais precisamente no Território da Cidadania Noroeste Colonial/RS, do qual faz parte o município de Redentora, RS, definiu-se como prioridade a busca de maior conhecimento sobre as questões que envolvem a agricultura familiar. Para desenvolver o estudo foi realizado um recorte geográfico das comunidades rurais a serem incluídas. As comunidades foram identificadas a partir das informações obtidas junto a entidades. Este estudo faz parte de um projeto de pesquisa-ação, atrelado a um programa de extensão, e vem sendo desenvolvido com agricultores familiares de quatro comunidades rurais do município já mencionado. O trabalho está em andamento há um ano e meio, porém com interrupções em função das campanhas ao pleito eleitoral. Consiste de uma parceria entre o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva - NEPESC e o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão

em Desenvolvimento Territorial (NIPEDET), ambos da UFSM. Busca-se interagir, refletir e observar o movimento dos atores sociais no território para dialogar e conhecer as potencialidades e as possibilidades de ações coletivas com as interfaces de práticas interculturais. Os conhecimentos construídos com os atores sociais que revelaram elementos de suas trajetórias e como se constroem no território com suas atividades produtivas e potencialidades. Nessa perspectiva, a abordagem metodológica que vem ao encontro da proposta deste estudo é a pesquisa-ação.

A Pesquisa-ação, de acordo com Thiollant (2012), de modo ideal pode ser desenvolvida articulada com ensino, pesquisa e extensão. Essa metodologia tem sido aplicada em estudos sobre mudanças sociais e em práticas relacionadas às áreas da educação, organização, serviço social, extensão rural e movimentos sociais, e, mais recentemente, nas áreas de saúde, meio ambiente, engenharia e urbanismo. Ressalta-se que as áreas se apresentam inter-relacionadas, resultando em projetos interdisciplinares. A metodologia se direciona aos desafios da complexidade das situações e dos problemas com múltiplas interconexões entre as disciplinas científicas e os campos de saberes práticos dos diferentes atores. Também consiste no trabalho de pesquisadores, docentes, estudantes, extensionistas, de atores e públicos interessados em mudanças e melhorias (Thiollant, 2012).

O principal objetivo da pesquisa-ação é identificar problemas e encontrar caminhos para resolvê-los, mas também aumentar a consciência, os níveis de reflexão e de comprometimento dos atores com a intenção de fazer avançar a situação problemática por meio de ações significativas. Os impactos dessas ações são avaliados e se consegue reconhecer o sucesso ou fracasso das experiências resultando em aprendizado. Nesse processo, asseguram-se a participação ativa dos atores interessados e a geração de um conhecimento apropriado às necessidades e adequado às situações (Thiollant, 2011).

O planejamento da pesquisa-ação segue as fases: exploratória; tema da pesquisa; colocação de problemas; o lugar da teoria; hipóteses; seminário; campo de observação, amostragem e representatividade qualitativa; coleta de dados; aprendizagem; saber formal e saber informal; plano de ação; divulgação externa, através das quais se organiza a prática da pesquisa visando obter resultados mais confiáveis (Thiollant, 2011). Salienta-se que essas fases não têm uma sequência rigorosa.

Nesta pesquisa, apresenta-se a fase exploratória, contato inicial com a equipe de pesquisa e os participantes, momento em que a equipe apresenta o projeto e os objetivos e pactua o desenvolvimento do trabalho, essencial para a busca de informações sobre o objeto

de estudo. São privilegiadas modalidades que oportunizam a participação coletiva dos atores sociais nessa construção. Assim, foram valorizados diálogos informais, rodas de conversa, cartografia das comunidades, observações participantes com registro em diário de campo, além de relatórios e atas. O período das aproximações culturais iniciou no segundo semestre do ano de 2015, mas para fins da coleta dos dados abrangeu o período de janeiro de 2016 a março de 2017. Os encontros foram planejados em conjunto e de acordo com a disponibilidade dos agricultores para se reunirem e receber o grupo de trabalho. Os encontros aconteceram quinzenalmente, e dependendo da disponibilidade dos atores sociais a cada trinta dias, em local que aglutinasse o maior número de famílias e fosse o mais próximo possível das suas residências.

Nos deslocamentos para as comunidades rurais o grupo de trabalho contou sempre com a presença e acompanhamento de um técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RS, e, algumas vezes, do Secretário da Agricultura. A distância da UFSM/RS até as comunidades rurais é de 130 quilômetros. Ao todo, atingiu-se cerca de 200 famílias de agricultores familiares (800 pessoas), um público de 300 pessoas, entre gestores, órgãos e representantes de entidades.

### **A aproximação com os atores sociais**

As aproximações com os atores sociais foram motivadas por vários elementos. Um deles foi a inserção de docentes da Universidade que desenvolviam um projeto através do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial, em 2015, proposta apoiada pela Chamada Pública 11/2014 – CNPq/MDA/SPM, em que Redentora destacava-se por seus baixos índices de desenvolvimento. Entre outros elementos identificados como importantes para intervenções, a equipe do projeto pretendeu dar mais atenção a municípios menos desenvolvidos. Por isso, esse município recebeu atenção diferenciada dos demais. Além disso, o gestor da época procurou a Universidade para buscar apoio em encaminhar soluções para as questões preocupantes do município, propondo, inclusive, a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica com a Universidade.

Outros elementos que colaboraram para a aproximação intercultural foram: a receptividade das comunidades às iniciativas acadêmicas; o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (0,631), e também o fato de o território ser essencialmente agrícola e necessitar de apoio dos gestores com uma prática compromissada com as causas e necessidades das comunidades rurais, mediante recursos financeiros e humanos, assessoria técnica e contrapartida de várias entidades e órgãos para suas demandas.

## **As etapas nas aproximações com os atores sociais**

Num primeiro momento, tendo-se tomado conhecimento das informações do município, organizaram-se ações junto às comunidades definidas para expor a proposição, percebendo-se grande curiosidade e expectativa das famílias dos agricultores que participaram das reuniões em relação ao que lhes era proposto. A curiosidade estava mais centrada na novidade de estar recebendo profissionais de uma Universidade Pública em seu espaço de convivência. Essa ocorrência não comum no meio dos agricultores familiares, a não ser na realização dos denominados ‘diagnósticos’ que muitos acadêmicos, orientados por professores, realizam, colhendo informações junto aos agricultores, simplesmente para estudos acadêmicos, sem retorno para os atores sociais.

A proposição pretendia ser inovadora, quer dizer, propor a realização de um estudo participativo entre as famílias dos agricultores, estruturas públicas diversas secretarias e outras entidades que atuam com os atores sociais foi necessário um esforço significativo para esclarecer aos agricultores a pretensão do projeto: propiciar-lhes a percepção de que eles eram os agentes principais na caminhada da agricultura familiar, nos seus diversos aspectos – social, econômico, cultural e de lazer, e que as entidades locais, estaduais ou nacionais, seriam as estruturas de apoio para suas demandas.

Um dos destaques nesta caminhada ficou claramente dividido em dois entendimentos significativos: de um lado, os agricultores passaram a entender que, na condição de agentes no processo de construção e manutenção de seu espaço de convivência, deveriam assumir o papel de coadjuvantes e atores principais, contrariando a sistemática vivenciada em sua trajetória de vida, desde seus primórdios, no meio rural, que foi sempre a de seguir o que agentes externos, até bem intencionados, consideravam positivo e importante para as suas atividades, principalmente as produtivas.

Nesse contexto, notou-se certa perplexidade das famílias dos agricultores participantes do projeto, pois passaram a entender que suas potencialidades, principalmente na definição dos rumos de suas atividades, deveriam ser definidas por eles mesmos, restando às estruturas de apoio contribuir, cada uma com sua competência, para apoiar os rumos definidos pelos agricultores.

Por outro lado, principalmente no que se refere às entidades e estruturas de apoio aos agricultores, houve surpresa por parte de seus profissionais, os quais entendiam que suas atividades estavam sendo realizadas de maneira satisfatória e que os agricultores e suas famílias estavam entendendo suas proposições e praticando as “orientações” técnicas

recebidas. Assim, percebeu-se resistência por parte das entidades, pois entendiam que a extensão rural, sempre foi feita seguindo a tipologia da oferta. Ou seja, de forma verticalizada, entendendo que são detentores do saber e que devem ensinar o que sabem a quem supostamente não sabe. Agindo assim, esses profissionais desconsideravam os ensinamentos de Paulo Freire (1977) sobre a prática da extensão rural, com destaque para a intenção da extensão, principalmente no contexto da modernização da agricultura brasileira, de tentar definir o que os agricultores camponeses devem fazer, mesmo fora de seu contexto:

“Persuadir, assim como propaganda, são termos que aparecem conciliados com conotação fundamental que, de um ponto de vista semântico, encontramos no termo extensão. Jamais, por isso mesmo, conciliáveis com o termo educação, tomada esta como prática da Liberdade. Nem aos camponeses, nem a ninguém, se persuade ou se submete à força mítica de propaganda, quando se tem uma opção libertadora. Neste caso, aos homens se lhes problematiza sua situação concreta, objetiva e real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente sobre ela” (Paulo Freire, 1977, p. 24).

Nessa importante contribuição de Paulo Freire, constante em sua publicação Extensão ou Comunicação, encontra-se um referencial balizador que foi utilizado no contexto da proposição desse projeto com as comunidades rurais do município de Redentora. São vários componentes importantes que a publicação apresenta e que foram de muita valia na caminhada proposta.

Os desafios que se apresentavam eram grandes, pois os agricultores vêm recebendo em sua caminhada, uma orientação da extensão na tipologia ‘oferta’, em que os técnicos e suas estruturas direcionavam as orientações conforme as conveniências do mercado, nem sempre de acordo com a realidade e demandas dos agricultores. E isso causou, e ainda causa, resultados não muito satisfatórios para os agricultores, pois muitas vezes realizaram atividades produtivas que não contemplavam as demandas de sua realidade, e, muitas vezes, fora de suas competências.

O que se desejava, e já era notório, é que os agricultores fossem os agentes e demandassem suas necessidades, e, portanto, assumissem sua condição de agentes de mudança. E que as estruturas a serviço da agricultura, nos diversos níveis, local, estadual ou federal, também entendessem o que se pretendia com o projeto e se capacitassem para essas demandas. Isso significava uma inversão de valores, pois os atores principais, os agricultores deviam assumir seu papel de agentes, e as entidades assumissem seu papel de apoiadores e facilitadores.

## **A caminhada na identificação das demandas das comunidades.**

Com o devido planejamento, realizado em conjunto com as comunidades rurais, entidades locais e profissionais da Universidade (professores, bolsistas, alunos), as atividades passaram a ser desenvolvidas em cada uma das comunidades definidas. A metodologia com as comunidades propunha que as famílias das comunidades realizassem atividades identificadoras de suas realidades: número de moradores, situação de infraestrutura, condições sociais e condições de geração de renda. Esse momento era de competência das famílias, com orientação metodológica participativa dos professores da Universidade.

Os resultados que as comunidades buscavam centravam-se em entender as competências das famílias, cada uma na sua propriedade, e que da porteira para dentro as responsabilidades eram delas e não das entidades ou do poder municipal. Nesse contexto, deviam identificar, no caso da inclusão produtiva, o que estavam cultivando para seu consumo e os excedentes para a venda. Logo concluíram que suas práticas agrícolas não estavam nem resolvendo a questão da produção para consumo, muito menos gerando sobras para a comercialização externa. Naquele momento, entenderam que sua matriz produtiva contribuía ainda mais para seu empobrecimento como agricultores. Essa temática gerou um rico debate com as pessoas envolvidas no projeto, as quais passaram a entender que deveriam rediscutir suas práticas agrícolas, com certa urgência, na tentativa de, no médio prazo, reverter essa situação.

As demandas identificadas nas comunidades apontavam para vários destinos, sinalizando que cada estrutura – entidade, pública ou privada – que atua na região dessas comunidades, possui suas competências e por elas são responsáveis. Por exemplo: um dos gargalos identificados nas demandas das comunidades foi o de que existem vários problemas em relação à luz elétrica. Os agricultores recebem somente a luz e não a força necessária para acionar seus equipamentos nas propriedades. Nesse caso, foi sugerido que a empresa concessionária da energia se manifestasse sobre o caso. A concessão é para luz e força, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, reguladora desse serviço no país. Então, quando a concessão foi assinada, a empresa concessionária sabia disso e mesmo assim assinou. A partir desse fato, os agricultores encaminharam solicitação ao gestor municipal para que solicitasse à concessionária que se manifestasse sobre o caso, até que a demanda fosse resolvida.

Assim, sucessivamente, as demandas eram encaminhadas para os órgãos competentes até que cada caso fosse resolvido, e as demandas da porteira para dentro deveriam ser

resolvidas pelos próprios agricultores. As questões além da porteira deveriam ser encaminhadas e resolvidas pelas entidades estabelecidas para tanto, no município: EMATER, STR, Secretarias Municipais, e poderes Legislativo e Executivo.

Variadas demandas foram surgindo e sendo documentadas pelos monitores e facilitadores, sempre deixando clara a competência de cada ator no processo. A caminhada seguiu normalmente e notava-se, cada vez mais, o entusiasmo e a esperança de dias melhores para as comunidades, tanto nos aspectos produtivos quanto sociais, culturas, de saúde e de lazer, principalmente.

Nessa caminhada, nas comunidades rurais do município, percebeu-se que a assimilação da proposição estava sendo mais entendida pelos agricultores do que pelas entidades. Isso porque o que se buscava era contribuir para que as competências do que fazer no rural fossem definidas por seus agentes endógenos, pois eles sabiam o que seria melhor para sua caminhada de produção e convivência.

Um fato não previsto ocorreu nessa caminhada. Foi no início do envolvimento, tanto dos gestores públicos quanto das comunidades, no contexto da campanha eleitoral municipal, sabendo-se que em comunidades de pequenos municípios a ocorrência de eleições é bastante envolvente. A partir desse fato a equipe de trabalho decidiu dar uma pausa até que a questão eleitoral fosse encaminhada.

No contexto histórico deste projeto, já no ano de 2015, quando a Universidade desenvolvia ações através de seu Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial proposta apoiada pela Chamada Pública 11/2014 – CNPq/MDA/SPM, em que Redentora se destacava por seus baixos índices de desenvolvimento, a equipe do projeto pretendeu dar mais atenção aos municípios menos desenvolvidos. Por isso, Redentora recebeu atenção diferenciada dos demais. Além disso, o gestor da época procurou a Universidade em busca de apoio para encaminhar soluções às questões preocupantes do município, propondo a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica com a Universidade.

Pelo exposto, o município recebeu um conjunto de apoios do núcleo da UFSM, no intento de identificar as demandas mais urgentes. A partir de então, definiu-se, junto com entidades municipais, de se trabalhar, inicialmente, as questões do rural, sendo escolhidas algumas comunidades rurais para iniciar essa caminhada. Esse processo andou de metade de 2015 até início de 2017.

Durante a segunda metade do ano de 2016, o projeto teve poucas ações em função da eleição municipal. Com a redução das ações também se tentou evitar conotações políticas partidárias, tanto para os candidatos quanto para as comunidades.

Passado o período eleitoral de 2016, aguardou-se o início da nova gestão para, a partir dessa nova legislatura, construir e documentar o Termo de Cooperação Técnica entre a Universidade e o município. Mas a proposição iniciada em 2016, e com grande aceitação pelas comunidades, passou a não ser mais pretendida pelo município.

Essa atitude permite que se entenda a dinâmica do processo de exclusão que estava em andamento no referido município. Assim, cada vez menos os agricultores de pequeno porte têm condições de permanecer em seu meio, e constata-se que estão arrendando suas terras para médios e grande produtores, passando a viver disso, deixando de exercer sua cidadania com dignidade.

Entende-se que aqui pode estar o gargalo principal no contexto municipal. Como as dificuldades são enormes, os pequenos agricultores passam suas terras para outros cultivarem. Não há, portanto, por parte do poder público, interesse em apoiá-los, pois se o fizesse poderia diminuir a oferta de terras para os grupos dominantes.

Com grande preocupação com as pessoas das comunidades, a equipe de profissionais da Universidade teve dois caminhos a seguir: encerrar as ações com o projeto, escolhendo outros municípios, ou continuar as ações diretamente com as comunidades. O caminho seguindo, nesse momento e nesse contexto, foi a retirada da equipe do referido município. O lamentável é que são poucas as possibilidades dos pequenos agricultores no contexto municipal. Por isso, o município continua a ser um dos mais pobres do Estado. Não se vislumbra interesse em resolver a questão, pois as gestões do município se enredam em interesses corporativos, tanto do seu quadro funcional quanto de atores locais que entendem que não é necessário reverter essa situação.

### **Considerações finais**

Na incursão da Universidade pelo município de Redentora, em ações com agricultores familiares, vislumbrou-se um conjunto de possibilidades para se entender melhor sua realidade. Isso pode não significar que a Universidade tenha responsabilidades sobre as questões identificadas no meio desses agricultores, que vão desde a falta de crédito qualificado para financiar suas atividades até a comercialização de seus produtos. Além disso, ficou evidente a desconexão das entidades locais e regionais no entendimento das demandas da agricultura local.

Aqui se destaca que o município demanda bons recursos em manutenção de entidades para apoiar seu meio rural. Mas fica evidente que os gestores têm pouca influência e pouco poder de decisão sobre as atividades, tanto das entidades conveniadas quanto de sua equipe

de apoio, muitas vezes escolhidas politicamente. Não se tem nada contra esse modelo de formação dos quadros de técnicos municipais, desde que os interesses da comunidade sejam priorizados.

O uso da pesquisa-ação como método para mediar o protagonismo dos produtores rurais foi se consolidando com o desenrolar da investigação de campo nas idas da equipe de pesquisa aos municípios. O fato de os agricultores refletirem sobre suas condições precárias de trabalho e o pouco suporte recebido dos gestores municipais e órgãos da agricultura ficou evidente na intervenção feita pela equipe de pesquisa.

Por meio do método pesquisa-ação foi possível empoderar os participantes da pesquisa, com base nas reflexões, e levá-los a uma maior conscientização de seus problemas e mobilização para a solução.

Conclui-se que para contribuir para as principais demandas dos atores sociais é importante e necessário realizar mais atividades de sensibilização coletivas, com discussões que versem sobre as políticas públicas e valorização dos atores, visando sua articulação e fortalecimento nos espaços dialógicos com gestores e entidades. Outros elementos observados revelaram que a presença da Universidade no contexto social dos agricultores é considerada uma forma de valorizá-los como pessoas inseridas no Território Rural, com capacidade de produzir e gerar excedentes para a comercialização, na inclusão produtiva, além de avançar no entendimento de suas possibilidades de qualidade de vida.

## Referências

- Freire, P. (1977). *Extensão ou comunicação*. 10ª ed. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- Giddens, A. (1994). Admirável mundo novo: o novo contexto da política. *Caderno CRH*, Salvador, UFBA/CRH, n.21, (p.9-28), jul./dez.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2017). *Censo 2010*. Rio Grande do Sul, 2010. Recuperado de <http://www.ibge.gov.br/home>.
- PORTAL FEDERATIVO. *No Brasil, a parceria entre União e municípios na execução de programas voltados para o setor melhora a vida dos agricultores*. 2014. Recuperado de <http://www.dialogosfederativos.gov.br/?p=3208#ixzz50ZnQIKw2>
- Santos, M. (1999). O dinheiro e o território. *Geographia, UFF*, (1)1. p. 7-13.
- Sistema FIRJAN. (2017). «*Sistema FIRJAN - Missão*». Consultado em 30 de nov.
- Thiollant, M. (2011). *Metodologia da Pesquisa-ação*. 18 ed. São Paulo: Editora Cortez.
- Thiollant, M. (2012). Fundamentos e desafios da pesquisa-ação. Contribuições na produção de conhecimentos interdisciplinares. In: TOLEDO RF, JACOBI PR. *Pesquisa-ação na*

*interface da saúde, educação e ambiente: princípios, desafios e experiências interdisciplinares.* (p. 17- 40). São Paulo : Anablume.